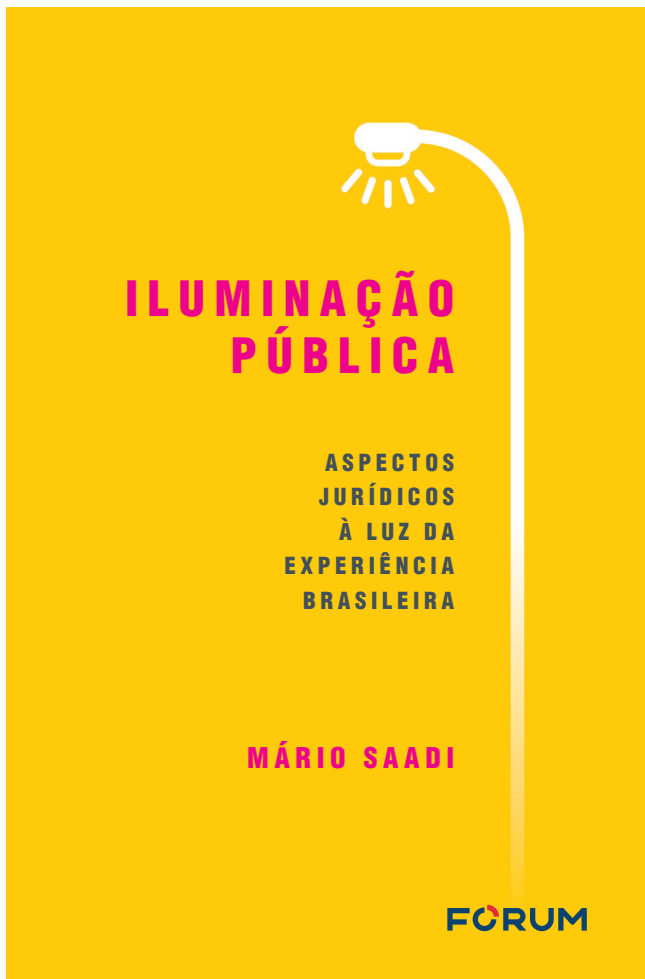


MÁRIO SAADI



ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS JURÍDICOS À LUZ DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

O livro em mãos é a primeira obra jurídica integralmente dedicada à iluminação pública no Brasil. Texto de vanguarda, portanto. Com ela, Mário Saadi teve três pretensões, exatamente: (i) começar a preencher a lacuna sobre a ausência de obras jurídicas que tratem especificamente deste setor; (ii) demonstrar aspectos práticos que contribuíram para que ganhasse protagonismo ao longo dos últimos anos; (iii) construir a tese de que existiram ganhos incrementais que levaram ao aumento da segurança jurídica para investimento privado em iluminação pública, especialmente por meio de parcerias público-privadas.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins

DIREITO FINANCEIRO, DIREITO MUNICIPAL,
DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO
ECONÔMICO, DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO
PÚBLICO, DIREITO URBANÍSTICO.

Público-alvo/consumidores

ADVOGADOS, PROFESSORES ALUNOS E
PROFISSIONAIS EM GERAL QUE LIDAM COM
SETORES DE INFRAESTRUTURA, EM GERAL, E
ESPECIFICAMENTE COM O DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10002980

SA111i Saadi, Mário

Iluminação pública: aspectos jurídicos à luz da experiência brasileira / Mário Saadi.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

116p.; 14,5 x 21,5cm
ISBN: 978-65-5518-186-9

1. Direito Administrativo. 2. Direito Financeiro. 3. Direito Municipal. 4. Direito Constitucional. I. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SAADI, Mário. *Iluminação pública: aspectos jurídicos à luz da experiência brasileira*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 116p. ISBN 978-65-5518-186-9.

Mário Saadi

Doutor (USP, 2018), Mestre (PUC-SP, 2014) e Bacharel (FGV-SP - 2010) em Direito. Sócio do setor de Direito Público e Infraestrutura do Tauil & Chequer Advogados. Pela Editora Fórum, já publicou os livros *Empresa semiestatal* (2019) e *O procedimento de manifestação de interesse à luz do ordenamento jurídico brasileiro* (2015).

CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 2	
AS PPPs NO SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	21
2.1 Introdução.....	21
2.2 Entendimentos do STF e sua relação com a competência municipal para prestação dos serviços de iluminação pública.....	22
2.3 Resolução ANEEL nº 414 e os impactos nos serviços de iluminação pública	26
2.4 Entendimentos do STF sobre a impossibilidade de cobrança de taxa de iluminação e sobre a possibilidade de cobrança da COSIP	29
2.5 Estruturação de PPPs e a figura da COSIP	34
2.6 Objeto e garantias em projetos recentes: os exemplos dos Municípios de Belém/PA e Macapá/AP	37
2.7 Conclusão.....	43
CAPÍTULO 3	
ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ASPECTOS ATUAIS DE MODELAGEM E DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS	45
3.1 Introdução.....	45
3.2 Análise crítica sobre o PMI: pontos de debate, sugestões e cenários alternativos.....	46
3.3 Discussão judicial sobre a Resolução ANEEL nº 888.....	50
3.4 Discussão no STF sobre a abrangência do custeio das atividades de iluminação pública	52
3.5 Financiamento e algumas condições atuais	55
3.6 Financiamento de projetos e as debêntures de infraestrutura	59
3.7 Conclusão.....	65
CAPÍTULO 4	
PPPs DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	67
4.1 Introdução.....	67
4.2 Aspectos da RCL e as PPPs	69
4.3 A hipótese levantada: ausência de impactos, para fins do cálculo do comprometimento de RCL, decorrentes de PPPs custeadas integralmente com recursos da COSIP	72
4.4 A importância do tema para as Municipalidades: adoção de soluções para distintas atividades que poderiam ser realizadas por meio de PPPs	73
4.5 As razões do art. 28 e o foco no art. 10, II e IV, da Lei Federal de PPPs, para fins de projetos de iluminação pública	75
4.6 Precedente do TCE-MS: consideração apenas de receitas novas, decorrentes da PPP, para fins de cálculo do limite de RCL, e ausência de impactos de projetos custeados com a COSIP	78
4.7 Conclusões	82
CAPÍTULO 5	
PROJETOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DESVINCULAÇÃO DA COSIP E GESTÃO MUNICIPAL	83
5.1 Introdução.....	83
5.2 Desvinculação dos recursos da COSIP e a questão constitucional.....	85
5.3 Previsões legais e contratuais sobre a utilização dos recursos da COSIP	89
5.4 Resultados das licitações e comparação com a arrecadação municipal	94
5.5 Alternativas aos gestores públicos e cuidados na aplicação dos recursos da COSIP	96

5.6	Parecer em consulta no âmbito do TCE-ES.....	98
5.7	Conclusões	99

CAPÍTULO 6

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SEGURANÇA JURÍDICA:

CONDICIONANTES PARA REVOGAÇÃO DE LEGISLAÇÃO QUE CRIE A COSIP		101
6.1	Introdução.....	101
6.2	TCU e a discussão sobre aprovação de determinadas leis sem a respectiva adequação financeiro-orçamentária.....	102
6.3	Entendimento do TCU no âmbito do Acórdão nº 1.907/2019	103
6.4	Aplicação do entendimento no Acórdão TCU nº 1.907/2019 no setor de iluminação pública	105
6.5	Interpretação pela impossibilidade de diminuição ou revogação da COSIP sem os estudos financeiro-orçamentários adequados.....	107
6.6	Precedente do TJ/MG em âmbito de ADL.....	109
6.7	Conclusão.....	112

CAPÍTULO 7

CONCLUSÃO		115
-----------------	--	-----